

## Avaliar para que(m)?

JORGE KAYANO\*

### A repercussão, pela imprensa, dos resultados do SAEB

– Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica foi intensa, destacando a piora no desempenho dos alunos nos dez anos compreendidos entre 1995 e 2005. Esta piora teria sido contínua e acentuada no 3º ano do ensino médio, mas apenas na rede pública, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Os alunos da rede particular do ensino médio mantiveram seu desempenho em Português e melhoraram em Matemática, aumentando assim a distância entre as duas redes.

Esse triste resultado ocorreu também em relação aos alunos da 8ª série do ensino fundamental, só que de forma menos acentuada, já que os da rede particular mantiveram o desempenho em Matemática, mas revelaram piora no exame de Língua Portuguesa — apesar de obterem sempre notas médias mais altas do que os da rede pública.

Os alunos da 4ª série da rede pública demonstraram melhora no desempenho nas três últimas edições do SAEB — 2001, 2003 e 2005 — entretanto, continuaram com rendimento abaixo do de 1995.

A interpretação predominante desses resultados é a de que o Brasil conseguiu aumentar e quase universalizar o acesso das crianças, de sete a 14 anos, ao ensino fundamental: atualmente, mais de 80% dos jovens, de 15 a 17 anos, estão nas escolas.

Continuamos, ainda, com uma baixa cobertura na educação infantil, especialmente em creches, atendendo a menos de 15% das crianças até três anos. O Censo Escolar de 2006 mostra um aumento de menos de 1% de matrículas em creches, comparado com o ano anterior.

E temos ainda altas taxas de distorção idade-série, com quase 40% dos alunos na 8ª série do ensino fundamental com, no mínimo, dois anos de atraso escolar. Esta distorção é ainda maior no ensino médio, de modo que apenas pouco mais de 10% dos jovens, de 18 a 24

anos, encontram-se hoje no ensino superior.

### Entendido e apropriado pela sociedade

#### Retornemos à questão do aprendizado: o que significam

os dados do SAEB? Podemos afirmar que a simples menção ao resultado médio de **169** em Língua Portuguesa, obtido em 2003, por 92 mil alunos daquela série, em cerca de cinco mil escolas do país, pouco esclarece. Esse valor está situado numa escala que varia de 100 a 350, válida também para os alunos da 8ª série e do terceiro ano do ensino médio. Em Matemática, a nota média dos alunos da 4ª série, em 2003, foi **172**, numa escala que vai de 100 a 375.

Estes números ganham mais sentido quando técnicos do Ministério da Educação<sup>1</sup> informam que, em 2003, 60% dos alunos da 4ª série do ensino fundamental tinham baixa proficiência em Língua Portuguesa, e 56%, em Matemática. Isso denota que mais da metade dos alunos dessa série apresentavam um nível de aprendizagem abaixo do esperado. E os resultados do SAEB de 2005 permitem estimar que esses números continuam praticamente inalterados.

A partir desses dados, podemos estimar que os alunos da rede municipal de ensino do Rio Grande do Norte, que apresentaram nota média de **141** em Língua Portuguesa — a menor média entre os estados — tiveram bem mais do que 60% de baixa proficiência; e que os alunos da rede municipal de Minas Gerais, com uma média de **183** — a maior entre os estados — devem ter tido melhor aproveitamento do que os de São Paulo, que ficaram com a média de **174**, próxima da nacional.

Em relação à rede estadual de ensino fundamental, temos mais uma vez o Rio Grande do Norte com a menor média, de **144**; sendo **191**, no Distrito Federal (e **177** no estado de São Paulo). A menor média da rede particular de ensino fundamental ocorreu em Sergipe, com **197** — portanto, maior do que na rede pública do DF; e a maior média da rede particular foi em Minas Gerais, com **232** (em São Paulo, **225**).

\* é pesquisador do Instituto Pólis: <www.polis.org.br>.

Verificamos que os valores médios variam bastante, de acordo com as redes, e também entre os estados e as cidades, por exemplo, quando se comparam as redes de ensino das capitais com os demais municípios, ou entre as escolas rurais e urbanas. Por outro lado, o SAEB de 2005 revela melhora nas redes em alguns estados e piora em outros, refletindo, em alguma medida, os investimentos dos diferentes gestores, tanto na rede física, nos equipamentos, quanto na qualificação do corpo docente, na revisão da grade curricular, no estímulo à permanência dos alunos, na gestão participativa das escolas etc.

É neste ponto que pretendemos nos deter: um sistema de avaliação como o SAEB, e mesmo o ENEM — Exame Nacional do Ensino Médio —, permite um diagnóstico adequado da situação e evolução da educação básica, mas só vale se for utilizado como uma ferramenta para transformar, para melhor, a situação encontrada.

A condição essencial para que isto ocorra é que ele seja entendido e apropriado pela sociedade — concretamente, pelos pais dos alunos, os próprios alunos, principalmente os do nível médio, pelos empresários, sindicatos, entidades de defesa de direitos, e, especialmente, os gestores, mas não só os públicos das diferentes esferas, como também os diretores das escolas, os professores, os parlamentares etc.

### Alocação de recursos

**Na medida em que o INEP já produziu um SAEB censitário,**<sup>2</sup> envolvendo boa parte da rede pública de ensino fundamental e, inclusive, produziu cartazes com os resultados de 2005 de cada escola, a quem caberia iniciar este processo de apropriação dos dados, para desencadear o debate público e a definição das ações necessárias?

Neste ponto, lembramos da importância do envolvimento da mídia. Entretanto, o que nos parece fundamental é que, preferencialmente, a iniciativa deve ser, de forma simultânea e convergente, do secretário municipal, da Câmara de Vereadores, das entidades associativas dos professores, dos diretores, das associações de pais e mestres e de bairros — e, por que não, da iniciativa de pessoas físicas, pais, professores, imprensa local...

Os gestores podem começar com uma medida muito concreta — que a implementação do Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a partir deste ano, pode facilitar — que é a proposta de alocação de re-

ursos, priorizando as escolas que apresentam os piores indicadores: por exemplo, destinando os recursos necessários para melhorar sua infra-estrutura e criando mecanismos de remuneração que atraiam os melhores professores, os mais experientes e dedicados. Porque, só assim, será possível reverter os indicadores que já mostram que 80% dos alunos mais pobres, da classe E, brancos ou negros, têm notas consideradas críticas ou muito críticas.

E poderiam propor, em negociação coletiva, que uma parte variável da remuneração fosse vinculada à melhora no desempenho dos alunos, medido por meio de metas também negociadas — nesse processo, estariam envolvidos, além dos professores, os próprios alunos e pais. Essa abordagem requer uma gestão participativa, que não apenas envolva a comunidade local em tarefas como a limpeza e manutenção da escola, como também abra o debate sobre a adequação da grade curricular à realidade do entorno da instituição, estimulando, dessa forma, a participação dos pais e a curiosidade e a sede de conhecimento dos alunos.

Uma pesquisa recente, desenvolvida pela Unesco e o INEP,<sup>3</sup> levanta outra questão, bastante polêmica, mas que precisa ser enfrentada em cada escola: naquelas frequentadas pela classe socioeconômica A, 10,3% dos estudantes brancos e 23,4% dos negros têm notas consideradas “críticas” ou “muito críticas” — um diferencial bem maior do que nas escolas frequentadas pela classe E.

Para Mary Garcia Castro, uma das coordenadoras do estudo, nas escolas das classes mais altas, os negros são minoria, causando o aumento do preconceito racial, o que acaba se refletindo nas notas. Segundo ela, a maioria dos entrevistados — não-negros — disse que o desempenho escolar era “questão de mérito” ou “problema da família”. Ela cita o exemplo da Escola Comunitária Luíza Mahim, em Salvador, onde a maioria das crianças é negra e o desempenho delas é melhor em comparação com os brancos: “Lá se trabalha a questão da raça negra, mas não de maneira inferiorizada. Fala-se dos heróis negros da escravidão, o que ajuda a levantar a auto-estima dos alunos”.

### Notas

- 1 SIMÕES, Armando A.; GOULART, O. M. T. Brazil's national award for innovation in education management: an incentive for local education authorities to improve municipal education systems toward the goals of the National Education Plan. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, v. 11(3), art. 6.
- 2 Dados por escola disponíveis em: <<http://www.inep.gov.br/basica/saeb/anresc.htm>>.
- 3 Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Disponível na página da Unesco.

